

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 449.471 - SP (2018/0110115-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : NATALIA STEFANIA QUEIROZ (PRESO)
ADVOGADOS : SILVIA EMBOABA DA COSTA - SP384646
LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP421451
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PRISÃO DOMICILIAR EM REGIMES DIVERSOS DO ABERTO. POSSIBILIDADE NÃO VERIFICADA NA ESPÉCIE. FALTAS GRAVES E EXISTÊNCIA DE PRISÃO PREVENTIVA POR MOTIVO DIVERSO. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "[E]sta Corte tem entendido que, em razão das peculiaridades do caso e, desde que demonstrada a imprescindibilidade da genitora, admite-se a prisão domiciliar mesmo se tratando de regime diverso do aberto" (AgRg no HC n. 516.429/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 23/9/2019).

2. Na hipótese, constatou-se que fora homologada falta disciplinar grave em 12/11/2018 e havia notícia do cometimento de outra falta disciplinar em 21/8/2019 do fato de que a ora agravante também estaria presa preventivamente em razão de outro feito, de maneira que, tendo em vista essa nova realidade fático-processual, julgou-se prejudicado o *habeas corpus*.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi

Superior Tribunal de Justiça

Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator